

## **Imigração e Industrialização no Brasil e na Argentina (1870-1930)**

André Luiz Lanza

Mestrando, Bolsista CAPES-CNPq – Programa Interdisciplinar de Integração da  
América Latina, PROLAM/USP

Maria Lucia Lamounier

Professora Associada - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de  
Ribeirão Preto – FEA-RP/USP

### **Resumo**

O objetivo do presente artigo é analisar e comparar os processos de imigração e industrialização no Brasil e na Argentina no período de 1870 e 1930. Durante este período houve, além de uma grande expansão da economia agroexportadora nos dois países, o início do processo de industrialização e modernização de suas infraestruturas. A literatura para o período destaca o papel que os imigrantes tiveram na formação e consolidação das indústrias nacionais. A historiografia mostra diversas teorias que tentam explicar o desenvolvimento industrial nos dois países. A teoria do crescimento induzidos pelas exportações se faz presente para explicar a industrialização no período estudado nos dois países. O *paper* é fruto de uma pesquisa em andamento que terá como finalidade a confecção de dissertação de mestrado.

**Palavras-chave:** Industrialização; Imigração; Brasil; Argentina.

## **Introdução**

A economia agroexportadora característica do Brasil e da Argentina foi responsável, de um modo ou de outro, pelas políticas que deram origem à presença dos imigrantes europeus nessas regiões. Os imigrantes, associados ao desenvolvimento dessas economias, acabaram tendo sua parcela de responsabilidade pelo desenvolvimento da indústria nesses países.

Em geral, os autores relacionam o processo de imigração na Argentina e no Brasil com a necessidade de ocupação territorial e de mão de obra frente à expansão das atividades econômicas agrícolas voltadas para a exportação. O incremento da população de origem imigrante nos dois países, para os autores, constituiu um fator importante para a industrialização.

A revisão bibliográfica mostrou diversas teorias sobre a industrialização no Brasil e na Argentina. Há uma divergência quanto ao seu período de início. Vários autores marcam esse começo logo nas décadas de 1880-1890; outros afirmam que não se pode falar em industrialização antes de 1930. A teoria do crescimento induzidos pelas exportações se mostra presente entre estudos dos dois países para explicar o desenvolvimento industrial apresentado no período de 1880 e 1930. Os censos industriais mostram a evolução das manufaturas no período estudado e apontam o setor industrial já dinâmico e em expansão. Nota-se que ambos tiveram problemas durante a primeira guerra mundial e com a crise de 1929, mas que no período, a indústria pode se desenvolver, ainda que a ritmos mais baixos que nos períodos anteriores.

O presente texto tem como objetivo examinar e comparar as relações entre os processos de imigração e de industrialização no Brasil, e na Argentina, durante o período final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Mais especificamente, comparar esses processos em duas importantes regiões agroexportadoras, o estado de São Paulo e a Província de Buenos Aires, e verificar o papel e contribuição dos imigrantes para tal. O período estudado é de 1870 a 1930, quando ambos os países começam a apresentar similitudes em seus cenários econômicos e em seus processos de imigração e industrialização. Tanto o Brasil quanto a Argentina possuíam uma economia tipicamente agroexportadora, fornecendo matérias-primas e bens primários aos países industrializados e deles importando produtos manufaturados demandados pela população. Tanto o Brasil quanto a Argentina utilizaram-se da mão-de-obra estrangeira para o seu crescimento. As políticas de atração de imigrantes mostram-se

parecidas nos dois países e a presença, principalmente dos europeus, trouxe grandes mudanças para as regiões. O presente *paper* é o resultado parcial de uma pesquisa em andamento, fruto da revisão bibliográfica e análise de fontes que darão origem a uma dissertação de mestrado. O texto está dividido em três seções, além de uma introdução e uma conclusão. A primeira seção relata o cenário que se encontravam os dois países no período estudado. A segunda seção analisa as principais teorias sobre a industrialização no Brasil e na Argentina entre 1870-1930. A terceira e última seção relaciona o papel dos imigrantes para o desenvolvimento das indústrias nas regiões de São Paulo e Buenos Aires.

## **1. Crescimento, desenvolvimento econômico e imigração: Argentina e Brasil (1870-1930)**

Entre 1870 e 1914, a Argentina passou por um rápido e intenso crescimento econômico. O crescimento da economia agroexportadora facilitou a ampliação da rede ferroviária, aumentou a área de cultivo com a conquista de novas regiões e promoveu a atração de imigrantes de várias origens.

De acordo com Conde (1968, p. 69), em 1870 a Argentina estava caracterizada pela falta de mercado nacional resultante do baixo e limitado ritmo econômico, alto custo dos transportes e falta de população no litoral. O comércio exterior era totalmente dependente da pecuária, com exportação de produtos como o couro, charque e a lã. A unificação do país, em 1862, sobre o governo do General Mitre, lançou as bases de seu desenvolvimento. Começam as obras de infraestrutura, como o traçado da ferrovia e, em 1876, já se tem a exportação de cereais. Após a federalização de Buenos Aires e unificação argentina, começaram as Campanhas do Deserto, com o objetivo de expandir as fronteiras e conquistar a região dos pampas, o que o abriria para a expansão das atividades econômicas. A Conquista do Deserto foi fundamental para atender o aumento da demanda global, já que permitiu a exploração da nova terra e consequente incremento da produção de carne e cereais. Investimentos em infraestrutura, principalmente de transporte e comunicações, foram essenciais naquele momento (CONDE, 1986, p. 329-330). A redução do custo dos transportes marítimos permitia o movimento dos fatores de produção, como capital e trabalho, entre os continentes. Nas palavras de Conde (1968, p. 69-70):

A expansão territorial, as poderosas correntes imigratórias que povoariam os espaços vazios, a demanda externa que desenvolveu novos rumos produtivos nessa área, o comércio exterior possibilitado pelos avanços da navegação e do transporte foram os fatores determinantes do auge que se produziu nos anos seguintes.

Lenz (2004) fala sobre a importância das estradas de ferro na Argentina ao afirmar que dela derivou-se a “integração, imigração e a resultante expansão das atividades rurais geradoras de renda, o crescimento do mercado regional (...) [e] o aumento do poder de compra doméstico” (LENZ, 2004, p. 124). Para Furtado (2007, p. 97-103) a incorporação de novas terras levou à formação de um sistema de transportes bem estruturado, unificando o mercado interno com os portos de exportação. A malha ferroviária argentina cresceu de 12,7 mil quilômetros em 1894 para 31,1 mil quilômetros em 1914.

Conforme as ferrovias realizavam essa unificação, mais terras eram ofertadas no mercado, mas o país sofria com a falta de mão de obra para trabalhá-las. Antes de 1870, as políticas de imigração e colonização tiveram sucesso escasso dado o pouco interesse por parte dos donos de terra e dos políticos e também devido a que a maior dificuldade em assentar colonos no interior do país era o alto custo dos transportes (CONDE, 1986, p. 333-334).

Muitos são os autores que citam dados estatísticos sobre a entrada de imigrantes no período para mostrar sua influência no crescimento populacional e na sociedade argentina. Segundo Lattes e Lattes (1975, p. 59-61), a Argentina foi o segundo país que mais recebeu imigrantes europeus, a grande maioria de origem italiana e espanhola, entre 1850 e 1950 e o que sofreu o maior impacto destes. Conde (1986, p.335) mostra que a participação dos estrangeiros na população argentina, de acordo com os Censos Nacionais era de 12,1% em 1869; 25,4% em 1895 e 29,9% em 1914. A imigração teve contribuição direta no crescimento populacional, sendo que entre 1896 e 1914 a população mais que quadruplicou, no aumento da taxa de crescimento natural da população e na oferta anual de mão de obra diretamente para o mercado de trabalho. Na década de 1860, o país recebeu uma média de 15.000 imigrantes por ano. O Primeiro Censo de 1869 mostra mais de 210.000 imigrantes na composição da população argentina. Gallo (1986, p. 363) afirma que a maioria destes se estabeleceu no litoral, mais especificamente nas províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios e Córdoba. Entre 1869 e 1914, a representação da população nas províncias litorâneas passou de 48

para 72% do total. A porcentagem de habitantes na zona urbana passou de 29% em 1869 para 53% em 1914.

Com a estabilidade e unidade política que, a partir de 1880, a Argentina passa a viver, começa também a fase de crescimento econômico. A taxa desse crescimento ascendia aos 5% ao ano e, de certa forma, era devido às mudanças na estrutura demográfica e social do país. (GALLO, 1986, p. 362-363). Lewis (1991) afirma que “a reestruturação da indústria que teve lugar no segundo terço do século XIX esteve associada com a consolidação da presença imigrante e penetração vigorosa na fabricação por parte de grupos do setor exportador, tanto nacionais como estrangeiros”. (LEWIS, 1991, p. 277).

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, o Brasil tinha como centro dinâmico de sua economia a agroexportação e, após a década de 1880, mais especificamente, no café.

A expansão da produção cafeeira para o nordeste do estado de São Paulo na década de 1870-1880 ocorreu devido ao aumento da demanda do produto e dos preços no mercado internacional. Os lucros auferidos com a exportação do produto atraíram para a região capital e população. O transporte do produto até os portos, principalmente para o Porto de Santos no litoral paulista, principal rota de exportação, exigia investimentos contínuos em infraestrutura, provocando o desenvolvimento de uma rede ferroviária e portuária. A economia cafeeira dinamizou os centros urbanos, aumentou a circulação monetária e ampliou o mercado consumidor. Em 1888, foi assinada no Brasil a Lei Áurea que abolia a escravidão em todo o território nacional. Com isso, necessitava-se buscar uma maneira de substituir a força de trabalho nas lavouras cafeeiras, até então suprida pelos escravos. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre, juntamente com a chegada em grande número de imigrantes consolidaram a formação de um mercado de trabalho assalariado e também contribuíram para a ampliação do mercado consumidor. Esses trabalhadores impulsionaram a economia cafeeira, levaram à dinamização dos setores de comércio e serviços, à ampliação da economia monetária e à modificações do cenário urbano. Os imigrantes, com seus hábitos culturais e alimentares, passaram a demandar produtos que até então ou não eram produzidos ou eram escassos, contribuindo assim para o desenvolvimento das bases da industrialização ao suprir essas necessidades<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre esses temas, ver Dean (1971), Suzigan (2000), Costa (2007), Lamounier (2008).

O movimento migratório para o Brasil se deu em sua grande parte antes de 1870 e depois de 1885, quando uma enorme massa de europeus veio ao país principalmente para o trabalho nas lavouras de café. Entre 1890 e 1920, entraram no Brasil mais de 3,5 milhões de imigrantes, italianos em sua grande maioria. Na década de 1890 a imigração ganhou força com o fim da escravidão e a expansão cafeeira. Após 1895 o volume diminuiu, aumentando apenas em 1901 e voltando a cair em 1902. A vinda dos imigrantes estava condicionada diretamente à situação econômica do café<sup>2</sup>. (BACELLAR & BRIOSCHI, 1999, p. 144 – 145).

Em 1889, o Brasil era caracterizado por baixa densidade populacional e grandes espaços vazios no norte e no oeste. Entre 1890 e 1920, a população brasileira quase dobrou de tamanho, passando de 14,3 milhões para 27 milhões, decorrente do processo de crescimento natural associado à massiva entrada de imigrantes europeus no centro-sul do país. A população se caracterizava por um grande número de jovens e adultos com menos de 50 anos. A expectativa de vida era baixa. (FAUSTO, 1986, p. 779)

No centro-sul a imigração foi mais significativa e gerou maior impacto no crescimento e desenvolvimento social. São Paulo absorveu 51,9% dos mais de 304.000 imigrantes que entraram no país entre 1888 e 1890, 64,9% dos 1.129.315 que entraram entre 1891 e 1900 e 58,3% dos 1.469.095 entre 1901 e 1920. Esse grande contingente imigrante vindo para o Brasil foi resultado de políticas governamentais empreendidas com o intuito de atrair oferta de mão de obra para o centro dinâmico da economia no período, o café. Os imigrantes trabalhavam nas fazendas de café sob o contrato de colonato, onde o fazendeiro contratava os colonos imigrantes e lhes pagava um salário pelo trabalho nas lavouras cafeeiras. (FAUSTO, 1986, p. 780)

## **2. Industrialização na Argentina e no Brasil: teorias.**

Segundo vários autores, um marco comum em muitas das economias latino-americanas é o fato de que as condições para o surgimento da indústria ocorreram durante os ciclos de crescimento induzidos pelas exportações.

---

<sup>2</sup> Em 1894, devido ao aumento das safras o preço do café diminuiu e como a imigração era na sua maior parte subsidiada, ela por sua vez também era afetada, levando a uma queda na entrada de imigrantes. Além disso, denúncias de maus tratos, baixos salários e jornadas excessivas de trabalho levaram os governos de alguns países europeus, como a Itália em 1902 e Portugal em 1911, a proibirem a saída de imigrantes subsidiados para o Brasil. Sobre a imigração nas áreas produtoras de café do estado de São Paulo, ver Dean (1971), Gifun (1972), Holloway (1984), Petrone (1997) e Versiani (2002).

Como observa Lewis (1991), com a expansão do setor exportador - centrado no abastecimento de produtos primários – aliado à expansão do mercado de trabalho assalariado, ocorreu o surgimento e consolidação da economia monetária entre 1870 e 1920. Segundo o autor, veio também a estabilidade política, a inserção na economia mundial, a modernização dos meios de transporte e comunicação com as ferrovias e linhas de telégrafos, a entrada de capital estrangeiro e o aumento populacional dado a imigração, como mão de obra, consolidando, assim, uma economia assalariada e levando a um aumento da demanda. Todos esses fatores propiciaram a expansão econômica geral que levou a um contexto social, jurídico e institucional onde se teve a expansão das manufaturas destinadas ao mercado interno. (LEWIS, 1991, p. 245).

Para Furtado (2007, p. 173-174), o ponto de partida da industrialização latino americana está relacionado com o aumento da produtividade no setor exportador, dado o crescimento da demanda global no final do século XIX e começo do século XX, que levou a um aumento do poder de compra das populações locais. Isso acarretou modificações na demanda local, agora voltada para bens manufaturados e pela demanda de construção de uma infraestrutura adequada.

Irigoin (1984, p. 1) em seu trabalho sobre a evolução da indústria argentina, faz uma análise das teorias mais aceitas e utilizadas para explicar esse processo. Segundo o autor, a maioria dessas teorias sustenta a ideia de que foi somente na década de 1930 que houve o processo de industrialização, derivado da política do governo de substituição das importações, após a crise de 1929. Outros teóricos afirmam que não se pode falar de industrialização na Argentina antes da década de 1940. Poucos são os que destacaram o avanço industrial que tem início bem antes, na década de 1880<sup>3</sup>.

De acordo com Irigoin (1984, p. 1-2), autores como Di Telia & Zymelman (1967), Dorfman (1970) e Ferrer (1981), defendem que a industrialização ocorreu apenas no período após 1930. Guido Di Telia e Manuel Zymelman (1967) afirmam que a crise dos 1930 teve efeito acelerador sobre o desenvolvimento industrial, e que os anos 1940 recebem um novo impulso para a industrialização, com políticas governamentais que a favoreceram. Os autores não menosprezam os efeitos da Primeira Guerra Mundial associados à existência de uma infraestrutura básica, dizendo que isto criava, em 1914, as bases necessárias para o crescimento industrial. Ressalvam, no entanto, que entre 1914 e 1933 esse crescimento não se produziu, denominando o

---

<sup>3</sup> Ver: GALLO (1970); VILLANUEVA (1972); DÍAZ ALEJANDRO (1975); ROCK, (1986)

período de "a grande demora". Dorfman, (1970) reconhece a origem de indústrias argentinas no século XIX, mas afirma que como não houve nenhuma política adequada de fomento ou proteção, a indústria até 1913 possui de característica primitiva. Para este, é somente a partir da década de 1930 que começam as mudanças estruturais na economia argentina favoráveis à industrialização. Ferrer (1981) afirma que o desenvolvimento industrial começou com a crise dos anos 30, iniciando em 1930 e terminando a primeira fase da substituição das importações no fim da década de 1940.

Entre os autores que defendem que a industrialização argentina começou logo na década de 1880, há um consenso sobre os fatores que a influenciaram: a partir de 1880, reduzem os conflitos internos entre o governo central e os provinciais (concentração de poder nas autoridades nacionais), união do país; solução ao problema das invasões indígenas, federalização de Buenos Aires, imigração europeia em massa para o país, investimentos estrangeiros em infraestrutura e abundância de matéria-prima, base da indústria de processamento nascente.

Irigoin (1984, p. 4) defende que as atividades industriais desenvolverem-se tão cedo quanto na década de 1880, dedicadas a processar matérias-primas do setor agropecuário e que esse progresso industrial não ocorreria se não fosse pela revolução agropecuária dos pampas argentinos. O autor faz uso de fontes da época para corroborar sua visão<sup>4</sup>.

Lewis (1991, p. 278) comparte da ideia de Irigoin, afirmando que “não é possível apresentar 1930 como o ponto de partida da fabricação moderna na América Latina”. A fabricação moderna na região começou na fase do crescimento induzido pelas exportações e a crise de 1930 acelerou o aprofundamento industrial, já que houve previamente uma capacidade industrial instalada.

Irigoin (1984) tenta mostrar que, logo em 1913, a indústria argentina, em determinados ramos, já havia alcançado uma situação de substituição de importações<sup>5</sup>. O autor afirma que as taxas de crescimento da indústria no começo do século eram

---

<sup>4</sup>O Censo de Indústrias de 1914, afirma que as atividades industriais começaram em 1880: “Desde 1810 até 1880 o país se encontrou em estado permanente de guerra, ou de lutas internas ou de guerra exterior. O ano e 1880, em que se consolidou a união nacional, é, pode-se dizer, a data de iniciação das indústrias, assim como o progresso geral do país, progresso que apresenta traços verdadeiramente surpreendentes em muitas de suas características”. A União Industrial Argentina em 1923 tinha posição semelhante: "entre 1880 e 1890 que se fundaram os primeiros grandes estabelecimentos industriais, mercedores desse qualificativo, alguns dos quais subsistem com sua honrada tradição". (IRIGOIN, 1984, p. 4)

<sup>5</sup> "o avanço industrial (...) a partir da década de 1880, não se pode interpretá-lo sem levar em conta as mudanças profundas do período. Sua omissão implicaria desconhecer as causas mesmas do progresso industrial, já que este foi resultado espontâneo de um período de grande expansão econômica". (IRIGOIN, 1984, p. 7)



superiores àquelas do setor agropecuário, e em 1900 a indústria tem participação crescente na produção global interna.

Do Primeiro Censo Industrial de 1887 da cidade de Buenos Aires, Irigoín (1984, p. 9) destaca a existência de 6.128 estabelecimentos industriais que empregavam 42.321 operários. O Segundo Censo Nacional, feito em 1895 indica que à época já havia começado o processo de industrialização. Buenos Aires possuía 38% do total de estabelecimentos industriais da Argentina, 48% da mão de obra e 51% do capital. A cidade era o ponto de contato mais importante com os mercados internos e externos. Para Irigoín, o Porto de Buenos Aires e os imigrantes foram fatores importantes de seu desenvolvimento. Entre 1887 e 1895, o crescimento dos estabelecimentos industriais em Buenos Aires é de 4,4% ao ano e o da mão de obra é de 6,6% ao ano. (IRIGOÍN, 1984, p. 9-11).

O Terceiro Censo Nacional mostra, em 1914, uma enorme evolução, tanto em termos de industriais quando em termos de mudanças na estrutura da sociedade Argentina. Número de estabelecimentos industriais se duplica, atingindo 48.779 estabelecimentos; o pessoal empregado na indústria cresce a uma taxa de 4,6% ao ano, chegando a 410.201 trabalhadores; o crescimento do número de estabelecimentos industriais aumenta a 3,8% ao ano; e o capital investido a 12% anualmente. A população urbana cresce a 5,5% entre 1895 e 1914, passando de 42% para 58%. E a indústria passa a ocupar 39% da mão de obra em 1914. Até aquele ano, o processo espontâneo de substituição de importações, de acordo com as vantagens comparativas, permitiu a produção local de bens que previamente eram ofertados através das importações. Os setores onde isso foi mais evidente: alimentício, têxtil, construção e de móveis. Em 1914 a indústria nacional abastecia 71,3% do consumo de bens industriais. (IRIGOÍN, 1984, p. 18-19)

A indústria Argentina não ficou isenta dos efeitos da Primeira Guerra Mundial e da recessão europeia. Irigoín (1984, p. 20) mostra que produto bruto se reduz em quase 20% entre 1913 e 1917, a indústria recua 16,9%, puxada pelo setor de construção – um dos mais afetados – que tem queda na produção da ordem de 82% com a paralisação das obras de infraestrutura. Rock (1986, p. 425) aponta que a indústria Argentina, após 1913, cresceu à mesma taxa do crescimento da economia apesar de aumentar a uma taxa muito mais rápida após a guerra. Durante a década de 1920, a indústria se diversificou

em áreas como produtos de consumo duráveis, químicos, eletricidade e metalurgia. No final dessa década, a indústria metalúrgica teve um surto de crescimento<sup>6</sup>.

Para Lewis (1991), a indústria foi ganhando representatividade na economia argentina. No país, a relação de entre produção agropecuária e produção de manufaturas passou de 2,1:1 em 1900 para 1,3:1 em 1929. Ainda que o índice agrícola houvesse aumentado de 29 para 117, o de fabricação de 9 para 46 (1950 = 100). Para o autor, estes indicam uma reestruturação da economia. (LEWIS, 1991, p. 243)

Para Irigoin (1984, p. 22), "o Censo Industrial de 1935 reflete que a indústria argentina continuou expandindo-se a partir de 1914. Logo, da crise de 1913-1917 e da Grande Depressão, não é que se iniciou o processo de industrialização, mas sim que o setor retomou as altas taxas de expansão que teve a partir da década de 1880." Então, o autor conclui que durante década de 1930 ocorreu um processo de expansão, ainda que a uma taxa menor, da indústria e não o seu início.

São várias as teorias e correntes sobre industrialização no Brasil e em São Paulo. Suzigan (2000), para o caso do Brasil, mais especificamente para São Paulo, enumera quatro correntes que procuram explicar a origem da indústria<sup>7</sup>: 1) Teoria dos choques adversos; 2) Industrialização liderada pela expansão das exportações; 3) Capitalismo tardio e 4) Políticas governamentais. (SUZIGAN, 2000, p. 23).

A primeira corrente se concentra nos efeitos advindos dos choques externos, como o caso da Grande Depressão, das Grandes Guerras e outras turbulências internacionais, que fizeram as exportações cair drasticamente e forçaram um crescimento interno, posto que o choque adverso aumenta os preços dos produtos importados ou causou dificuldades para sua importação. Essa linha de pensamento tem como base duas explicações. A primeira era a defendida pela CEPAL. Para esta, os países da América Latina, chamados de países periféricos, eram especializados na produção e exportação de bens primários para os países industrializados; estes, por sua vez, supriam os periféricos com bens manufaturados. Nos países periféricos, o crescimento das exportações ocorre devido ao crescimento da renda interna. Mas o centro de decisão - onde são feitas as deliberações sobre as importações/exportações - fica localizado nos países industrializados, tornando as outras economias reflexas e

---

<sup>6</sup>As atividades industriais que mais se desenvolveram no período foram as têxteis, alimentícias, metalúrgicas e químicas, aumentando entre 1910-14 e 1925-29, respectivamente, 141%, 91%, 298% e 99% (IRIGOIN, 1984, p. 22).

<sup>7</sup>A respeito às diferentes correntes de pensamento sobre a imigração, ver: Dean (1971), Mello (1975), Tavares (1974), Cano (1977), Versiani e Versiani (1977), Furtado (2007).

dependentes, ou seja, totalmente vulneráveis a quaisquer mudanças (choques) no cenário econômico dos países industrializados. A demanda interna dos países periféricos só poderia ser suprida se houvesse mudanças na economia dos mesmos, voltando-as “para dentro”, o que só poderia se realizar mediante a industrialização, ocorrida com a transferência dos centros de decisões para esses países, levando aos ajustes dos choques externos sofridos.

A segunda explicação para a primeira corrente é a defendida por Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado, que dizem que a industrialização após a década de 1930 se deu por meio da substituição de importações, tendo como estímulo a crise cafeeira e a Grande Depressão da década de 1930. Antes da Depressão, o crescimento industrial era induzido via expansão do setor de exportação, no caso, o café. Havia uma interdependência entre o crescimento da economia interna e a expansão do comércio exterior, sendo que o aumento da renda advindo das exportações criava uma demanda maior por produtos de valor agregado direcionando, por sua vez, a indústria nesse sentido. Como o mercado interno era dependente da agricultura de exportação, Furtado e Tavares concluem que a atividade interna e o setor da economia voltado à exportação eram interdependentes, sendo capaz, assim de promover o crescimento industrial em uma economia agrário exportadora. Após a Grande Depressão, a industrialização viria para substituir as importações, dado que o cenário externo não era favorável à importação de bens na época. A queda das exportações de café foi estratégica para passar-se a importar bens de capital necessários à nascente indústria de transformação, dando à indústria interna papel de agente no crescimento da renda. (SUZIGAN, 2000, p. 25)

A segunda teoria é a “industrialização liderada pela expansão das exportações”. Seu maior representante é o autor Warren Dean que estabelece uma relação direta entre a expansão das exportações cafeeiras e a industrialização do estado de São Paulo. Para o autor, o café foi o responsável por dar a base ao desenvolvimento industrial na medida em trouxe o desenvolvimento de infraestrutura, ferrovias, estradas; prática de comércio exterior; aumento da população e mão de obra livre com o fomento à imigração; monetização da economia e desenvolvimento de um mercado para produtos manufaturados. Dean argumenta que a crise do café e a Grande Depressão “quase paralisaram as indústrias de São Paulo”, afirmando que a crise mundial de 1930 não contribuiu para o crescimento industrial do estado. Suzigan critica Dean ao dizer que

este não levou em conta as mudanças estruturais advindas das crises do café e de 1930. (DEAN, 1971, p. 194; SUZIGAN, 2000, p. 27).

Já a terceira teoria é conhecida como a corrente de industrialização pelo “capitalismo tardio”, defendido principalmente por Mello (1975), Tavares (1974), Silva (1976) e Cano (1977). O argumento geral é que a industrialização ocorreu devido ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sendo este influenciado por fatores internos e posteriormente por externos. A linha da “industrialização liderada pela expansão das exportações” cita o “capitalismo tardio” como o responsável pelo desenvolvimento de um pequeno parque industrial, contribuindo para uma prévia acumulação de capital que seria utilizado como investimento no setor industrial; ou seja, o crescimento industrial advém do acúmulo prévio de capital no setor agroexportador, dependente do mercado externo. Segundo Suzigan (2000), o acúmulo de capital industrial dependia do acúmulo desse capital no setor de exportação que por sua vez era dependente do acúmulo de capital nos países industrializados e da divisão internacional do trabalho. Com isso foi possível o surgimento de máquinas de beneficiar café, o investimento em infraestrutura, como as linhas ferroviárias, o aumento da procura de mão de obra desde os anos de 1880 e criação de um mercado interno de produtos beneficiados. O capital industrial estava subordinado ao capital cafeeiro (agroexportador) e este ao capital internacional para criar um mercado para os produtos industrializados e importar máquinas e suprimentos para as indústrias. Ao mesmo tempo, Suzigan afirma que o comércio cafeeiro também impôs limites a esse desenvolvimento, pois o crescimento era dependente da acumulação internacional de capital, não tendo uma autonomia própria. Segundo Silva (1976), graças às políticas econômicas para a indústria, foi criada uma “cobrança de direitos” sobre as importações que se tornou um dos fomentos mais importantes para a proteção da indústria interna. Para Tavares (1974) e Mello (1975) as crises do café e da década de 1930 levaram à paralisação do acúmulo de capital do setor agroexportador, fazendo com que esta se dirigisse para outros setores da economia. A redução das importações de bens e a promoção de sua produção interna para substituí-los levaram ao crescimento industrial de bens de consumo, mas isso não impediu completamente as importações, já que o país dependia das máquinas e insumos vindos dos países industrializados para manter o parque industrial interno. Para Mello (1981), apesar dos cafeicultores e comerciantes terem sua parcela de contribuição no estabelecimento e desenvolvimento do parque industrial interno, os que merecem

destaque são os importadores e imigrantes, mais especificamente o imigrante-importador que constituía a burguesia industrial. (SUZIGAN, 2000, p. 35-37).

A quarta e última corrente analisa as políticas econômicas governamentais para o desenvolvimento da indústria. Suzigan (2000, p. 39-42) tenta contestar as afirmações de que houve pouca ou nenhuma intervenção estatal na economia antes de 1930. Segundo o autor, houve certo grau de intervencionismo ao serem adotadas medidas de proteção aduaneira, concessão de incentivos e subsídios a determinados setores industriais. Com esses incentivos e subsídios governamentais, houve certa diversificação na indústria na década de 1920, mas não pode ser entendido como um estímulo deliberado a este fim. O autor cita o estudo feito por Versiani e Versiani (1977) sobre a indústria algodoeira, onde as tarifas alfandegárias foram importantes para o desenvolvimento da indústria de tecidos. Antes da Primeira Guerra Mundial, os incentivos para indústria foram praticamente nulos, onde o que ocorreu foi uma combinação das tarifas aduaneiras, flutuações no câmbio e nos preços das importações e nos preços internos. O autor também afirma que somente após a guerra começaram a ocorrer alguns investimentos em indústrias específicas e proteções com a desvalorização cambial e restrições à importação para melhorar a balança comercial brasileira, não obstante tais subsídios não eram ordenados e nem tiveram grande êxito. Segundo Suzigan (2000):

O Estado [Brasil] passou a estimular deliberadamente o desenvolvimento de indústrias específicas (mas não o desenvolvimento industrial em geral) a partir dos anos [após] a Primeira Guerra. Essa mudança do papel do Estado, porém, não foi abrupta. (...) No entanto não há dúvida de que foi a escassez de insumos e matérias-primas básicas durante a guerra que estimulou essa mudança. (SUZIGAN, 2000, p. 41)

Dean (1971, p. 9-14) em seu estudo sobre a industrialização de São Paulo, afirma que o café, como produto primário, foi o responsável pela infraestrutura necessária ao surgimento da industrialização no estado paulista. Para ele, “a industrialização de São Paulo dependeu, desde o princípio, da procura provocada pelo crescente mercado estrangeiro do café”. As estradas de ferro surgiram graças à expansão cafeeira e foram construídas todas pelos produtores de café ou empresas estrangeiras visando o lucro do café, bem como o porto de Santos por onde as matérias primas necessárias para as indústrias nascentes chegavam ao país e por onde o café era exportado para a Europa. As vendas do café proporcionaram dinheiro para contratação

de mão de obra livre, formada por imigrantes europeus, que trabalhavam em troca de um salário. Os salários em moeda corrente permitiram o aumento da demanda por uma gama variada de produtos, o que também incentivava a produção de bens dentro do país. A presença dos imigrantes como mão de obra e dos profissionais técnicos europeus foram de grande valia para as primeiras fábricas instaladas no estado

As companhias elétricas surgiram também dos investimentos do café e de europeus e norte-americanos visando o lucro que proviria direta ou indiretamente do café. A presença dos imigrantes como mão de obra e dos profissionais técnicos europeus foram de grande valia para as primeiras fábricas instaladas no estado. Esses fatos podem ser considerados as causas da industrialização paulista. (DEAN, 1971, p. 15-16)

A economia agroexportadora característica do Brasil e da Argentina foi responsável, de um modo ou de outro, pelas políticas que deram origem à presença dos imigrantes europeus nessas regiões. Os imigrantes, associados ao desenvolvimento dessas economias, acabam tendo sua parcela de responsabilidade pelo desenvolvimento da indústria nesses países.

Lewis (1991) data o início da indústria moderna brasileira em 1880. Foi nessa época que houve um aprofundamento setorial, com a fabricação de artigos que não eram bens de consumo perecíveis e bens de capital. Já em 1930, a produção dominava o mercado nacional em vários setores. Em São Paulo, a indústria se mostrava interligada com a economia regional. Segundo Lewis, maioria dos autores interpreta essa fase como aprofundamento e diversificação industrial do que industrialização. (LEWIS, 1991, p. 277).

### **3. A presença dos imigrantes na indústria na Argentina e no Brasil (1870-1930)**

A questão da relação dos imigrantes com o desenvolvimento industrial é apontada diversas vezes na historiografia e pelos autores, como citado acima. Nesta seção detalharemos esse processo.

Para Irigoin (1984, p. 7) a corrente imigratória dos anos de 1880 deve ser considerada como fator influente no desenvolvimento industrial da época. A imigração resolvia o problema da mão de obra para o mercado de trabalho e da falta de população.

Gallo (1986) apresenta dados sobre o papel dos imigrantes na economia argentina que corrobora essa visão. Em 1914, estes ocupavam 62,1% dos empregos no comércio, 44,3% na indústria, 38,9% na agropecuária. Na cidade de Buenos Aires estes números eram: 73,5% no comércio e 68,8% na indústria. Na área rural da província de Buenos Aires, os estrangeiros empregados no setor representavam 55,1% e em Santa Fe, 60,9%. A participação dos imigrantes a nível empresarial em 1914: em setores tipicamente urbanos 68,4% dos estabelecimentos comerciais e em fábricas no setor rural: 68,7% do total, sendo 40,7% na agricultura e 22,1% na criação de gado. A diferença entre a participação dos imigrantes no setor urbano e rural se dá pelo fato que o primeiro é caracterizado por atividades concentradas na área em que houve maior estabelecimento de imigrantes, o litoral. (GALLO, 1986, p. 364-366)

Ainda de acordo com Gallo (1986), a imigração massiva teve profundo impacto no estilo de vida prevalecente no litoral do Rio da Prata. O processo de assimilação era geralmente, rápido e pacífico. Os bairros residenciais de Buenos Aires e as colônias agrícolas de Santa Fé, por exemplo, logo se desenvolveram em grandes centros cosmopolitas onde pessoas de diferentes nacionalidades se misturavam. Hábitos culturais, alimentícios e aspectos da vida cotidiana foram afetados pela rápida assimilação dos imigrantes na sociedade local. Vários foram os fatores que contribuíram para isso. Os imigrantes nunca constituíram minorias étnicas, sendo mais numerosos que os locais. A maioria vinha de países como Espanha e Itália, com culturas, línguas e religiões similares. A legislação civil e práticas cotidianas eram extremamente liberais com os recém-chegados. Houve participação dos imigrantes em várias atividades junto com os nativos, acelerando o processo de integração. Os costumes europeus foram transferidos para a região do Rio Da Prata rapidamente, tanto por causa dos imigrantes quanto dos argentinos que iam para a Europa. (GALLO, 1968, p. 372-374)

Lenz (2004, p. 150-151) mostra a participação dos imigrantes na composição dos proprietários de estabelecimentos industriais na Argentina em 1895: 84,2% eram estrangeiros, correspondendo a 18.706 proprietários contra 3.498 argentinos. Na força de trabalho, tem-se que 63,3% dos operários (93.294) eram estrangeiros e apenas 35,9% eram argentinos (52.356). A autora justifica esses dados pelo fato de que os proprietários de terra, argentinos em sua grande maioria, tinham pouco interesse pela indústria; e pelo sistema de arrendamento, era difícil para os estrangeiros terem acesso às propriedades rurais.

Segundo Suzigan (2000, p. 89-90), os imigrantes tiveram um papel fundamental no processo de industrialização da província de São Paulo. Aqueles que se dedicavam às tarefas agrícolas e se engajavam no sistema de colonato podiam cultivar gêneros entre as culturas para exportação e vender o excedente nas cidades. Com a renda assim obtida podiam comprar o que lhes era necessário, contribuindo para o desenvolvimento dos centros urbanos. Os imigrantes com melhor capacidade e qualificação, passavam a compor também o quadro de industriais e operários de São Paulo.

Segundo Pinheiro (1997, p. 139), em 1893, 83,6% da mão de obra industrial era composta por estrangeiros, ascendendo a 92% em 1900. Em 1912, a área têxtil era composta de 82% de trabalhadores estrangeiros sendo 65% italianos. Em 1920, a população adulta da cidade de São Paulo era composta por 52% de estrangeiros e entre os 100.388 empregados da indústria, 51% eram estrangeiros.

Vários autores concordam e afirmam que imigrante foi responsável pelo crescimento e consolidação de uma classe empresarial, com profissionais técnicos qualificados ocupando os mais diversos postos nas fábricas instaladas no estado paulista. O principal responsável foi o imigrante italiano, correspondente a quase 40% do total de imigrantes vindos a São Paulo<sup>8</sup>.

Lewis (1991, p. 246), afirma que os imigrantes formaram um ramo de empresariado industrial, sendo que nos períodos de imigração, os capitalistas modestos criavam diversas empresas, confirmando os dados apresentados por Lenz e por Suzigan.

## **Conclusões**

Como pudemos ver, a revisão bibliográfica inicial mostrou que tanto para o Brasil quanto para a Argentina, o período de 1870 a 1930 foi de grande crescimento e desenvolvimento econômico. Até 1870, ambos eram países com baixa densidade populacional e grandes espaços vazios e baixo ritmo econômico. A economia baseada na exportação de gêneros primários trouxe investimentos em infraestrutura, principalmente em transportes, com as ferrovias, que tiveram um papel importantíssimo na integração dos mercados distantes com as metrópoles e com os portos exportadores. Por meio delas se dava a dispersão da nova população imigrante para o interior dos países e também pelos seus trilhos ocorria o transporte e escoamento da produção

---

<sup>8</sup> Ver: DEAN, 1971, p. 15-16; SUZIGAN, 2000, p. 89-90; VERSIANI, 2002, p. 207; COSTA, 2007 p. 253-254



agropecuária. As duas economias exerceram a atração de imigrantes, seja para a substituição da mão de obra escrava, como no Brasil, seja para a colonização e aumento do mercado trabalhador, como na Argentina. Os dois países foram os que mais atraíram imigrantes no período estudado. A massiva entrada destes teve grande impacto em ambos. Com o trabalho livre assalariado, ocorreu o desenvolvimento e crescimento do mercado consumidor, da economia monetária e aumento da demanda por gêneros manufaturados.

Essa demanda local por bens industrializados aliada com a crescente renda advinda da economia exportadora, a economia monetária e a modernização da infraestrutura propiciaram a expansão das manufaturas destinadas ao mercado interno. Essa teoria pode ser aplicada tanto ao Brasil quanto à Argentina, conforme discutido na segunda seção deste *paper*. Não se pode falar que a industrialização nos dois países ocorreu apenas após a década de 1930. O que ocorre a partir desta década é uma aceleração da produção industrial que já se encontrava previamente instalada. Os autores que não reconhecem o processo de industrialização nas últimas décadas do século XIX sugerem que não pode existir desenvolvimento industrial sem uma política *ad hoc* que inclua medidas de proteção, financiamento com taxas de juros subsidiadas e definição de ordem hierárquica entre as atividades. Também fazem uso de uma definição do conceito de industrialização que leva em conta apenas alguns setores específicos (como a indústria pesada), que não haviam se desenvolvidos antes de 1930<sup>9</sup>. No entanto, os dados analisados mostram que a indústria leve, de processamento de matéria prima, de produção de gêneros alimentícios e de vestuário, e inclusive oficinas mecânicas e de produção de maquinário para o setor agrícola (como ocorre no Nordeste Paulista no período)<sup>10</sup> já estavam instaladas e em funcionamento.

Os resultados parciais da pesquisa, através da análise de fontes primárias para a região do Nordeste Paulista, mais em específico a cidade de Ribeirão Preto, confirmam o que foi dito acima. A análise dos ramos das indústrias existentes e o nome dos industriais contidos nas *Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo* (1928, 1929 e 1930), do *Almanach Illustrado de Ribeirão Preto* (1913), *Anuário Commercial do Estado de São Paulo* (1904), revelam a existência de estabelecimentos industriais logo em 1890 e a presença dos imigrantes como proprietários. Muitos dos empresários que constam nas fontes documentais eram imigrantes e produtores de bens de difícil

---

<sup>9</sup> Ver LENZ (2004, p. 150); IRIGOIN (1984, p. 2 – 4);

<sup>10</sup> Ver SUZIGAN (2000); MARSON (2010); LANZA (2012); LANZA E LAMOUNIER (2012).

importação, como alimentos perecíveis e que sabiam que eram necessários ou comuns aos seus compatriotas. Outros, após algum tempo trabalhando nas fazendas de café, resolviam buscar a vida nas cidades passando a formar a economia urbana, com o desenvolvimento de comércios e também atuando como imigrante-importador. Logo em 1904 nota-se a existência de seis fábricas de massas, todas elas pertencentes à industriais com sobrenome italiano. Em 1913 voltam a figurar italianos no setor de massas e também no setor de bebidas, em oficinas mecânicas e outros setores. Nos anos de 1928, 1929 e 1930 nota-se um crescimento ascendente das indústrias e dos investimentos no setor industrial na cidade de Ribeirão Preto, sempre com a presença de imigrantes – italianos em sua maioria – como empresários industriais<sup>11</sup>.

A pesquisa ainda tem um longo caminho a percorrer e nele algumas questões e reflexões que ainda ficam em aberto tentarão ser respondidas. Serão analisadas as políticas empreendidas pelos governos para a atração dos imigrantes e o impacto da imigração para o fenômeno da urbanização nas duas regiões. Serão examinados também a origem, dados estatísticos e condições sociais dos imigrantes e os efeitos que os distintos processos de transformação do mercado de trabalho condicionaram a demanda por bens e serviços nas duas regiões. E principalmente serão examinados a origem do capital investido, os setores e atividades em que os imigrantes se inseriam. O material empírico será coletado a partir de um conjunto de fontes documentais que inclui relatórios governamentais, anais de câmaras legislativas, censos populacionais, estatísticas industriais, almanaques, jornais, dentre outras, levantadas e consultadas em acervos do Brasil e Argentina.

## **Referências Bibliográficas**

ALEJANDRO, C. F. D. *Ensayos sobre la historia económica argentina*, Buenos Aires, Amorrortu Edit., 1975.

BACELLAR, C. de A. P.; BRIOSCHI, L. R. (Org.) *Na estrada do Anhanguera. Uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH, 1999.

CONDE, R. C. “La Expansión de la Economía Argentina entre 1890 y 1914 y el papel de la inmigración”. *Cahiers du Monde Hispanique et luso-brésilien. N° 10, Numéro Spécial Consacré à l’Argentine*, p. 67-88, 1968.

\_\_\_\_\_. “The growth of the Argentine economy, c. 1870-1914” In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930. Vol. 5*, p. 327-259. Cambridge Histories Online, Cambridge University Press, 1986.

---

<sup>11</sup> Para maiores dados, ver LANZA (2012) e LANZA E LAMOUNIER (2012).

- CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Editora Difel, 1977.
- COSTA, E. V. *Da monarquia à república*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- \_\_\_\_\_. "The Brazilian economy, c. 1870-1930" In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930. Vol.5*. Cambridge Histories Online, Cambridge University Press, 1986.
- DI TELIA, G.; ZYMELMAN, M. *Las etapas del desarrollo económico argentino*, Buenos Aires, EUDEBA, 1967.
- DORFMAN, Adolfo *Historia de la Industria Argentina*, Buenos Aires: Ediciones Solar, 1970.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*, 32ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A economia latino-americana*, 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GALLO, E. "Argentina: society and politics, 1880-1916" In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930. Vol.5*. p. 359-392. Cambridge Histories Online, Cambridge University Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. "Agrarian Expansion and Industrial Development in Argentina (1880-1930)", In CARR, R. (ORG.), *Latin American Affairs*, St. Antony Papers N° 22, Oxford University Press, 1970, p. 45-61
- HOLLOWAY, T. H. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.
- IRIGOIN, A. M. La Evolución Industrial en La Argentina (1870-1940). *Libertas (Revista Semestral de ESEADE)* n° 01, Buenos Aires, outubro/1984.
- LAMOUNIER, M. L. *Ferrovias, agricultura de exportação e mão de obra no Brasil no século XIX*. Tese de Livre-Docência, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A companhia Mogiana de Estradas de ferro: investimentos e negócios no novo oeste paulista (São Paulo, 1870-1914)*. II Congresso Latino Americano de História Econômica, CLADHE. Ciudad de México, 2010.
- LENZ, M. H. *Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 2004.
- LANZA, A. L. *O processo de Industrialização e a Indústria na Alta Mogiana (Ribeirão Preto, 1880-1930)*. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, FEARP/USP, Curso de Economia Empresarial e Controladoria, 2012.
- LANZA, A. L.; LAMOUNIER, M. L. *Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1890-1930)*. III Congresso Latinoamericano de Historia Económica (CLADHE-III), Bariloche, 2012.
- LATTES, Z. L. R. LATTES, A. E. *La población de Argentina* Buenos Aires, 1975.
- LEWIS, C. M. "La consolidación de la frontera argentina a fines de la década del setenta". In FERRARI, G. GALLO, E. *La Argentina del ochenta al centenario* Buenos Aires, 1980.
- \_\_\_\_\_. La industria en América Latina antes de 1930 In, BETHELL, L. (org.) *Historia de América Latina. Vol.7: América Latina: Economía y Sociedad, c. 1870-1930*. Vol. 5, p. 231-280. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

MARSON, M. D. A Indústria de bens de capital no processo de industrialização na década de 1930: crescimento e diversificação no estado de São Paulo. *Revista Economia*, V. 9, Nº 3, p. 577-599, setembro/dezembro 2008.

\_\_\_\_\_. Causas da mudança tecnológica na indústria de bens de capital no estado de São Paulo na década de 1930. *Revista Economia*, V. 9, Nº 1, p. 115-142, janeiro/abril 2008.

MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP/IFCH, 1975.

MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. 1ªed. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1984.

PETRONE, M. T. S. Imigração. In PINHEIRO, P. S *et al O Brasil republicano, Vol. 2: sociedade e instituições (1889-1930)* 5ªed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PINHEIRO, P. S. O Proletariado Industrial na Primeira República. In PINHEIRO, P. S *et al O Brasil republicano vol. 2: sociedade e instituições (1889-1930)* 5ªed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PIRES, J. M. *Um estudo de história econômica regional sob a ótica das finanças públicas*. Relatório final ao Programa de Apoio às Atividades de Pesquisa Acadêmica no Âmbito do EAE. São Paulo, 1994.

ROCK, D. “Argentina in 1914: the pampas, the interior, Buenos Aires” In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*. Vol. 5, p. 359-392. Cambridge University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. “Argentina from the first world war to the Revolution on 1930” In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*. Vol. 5, p. 359-392. Cambridge University Press, 1986.

SÁ, MANAIA & CIA. *Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto de 1913*. Ribeirão Preto, 1913.

SÃO PAULO, *Estatística Industrial do Estado De São Paulo*. 1928, 1929, 1930, 1932.

SÃO PAULO, *Anuário Commercial do Estado de São Paulo para o Anno de 1904*. 1904

SCOBIE, J. *Revolution on the pampas: a social history of Argentina wheat*. Austin, Texas, 1964.

SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil* 5ª ed., São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1981.

SIMONSEN, R. C., *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos* 1ªed., São Paulo: Cia Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento* 2ª ed., São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2000.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro – ensaio sobre economia Brasileira*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

\_\_\_\_\_. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ, 1974.

VERSIANI, F.R e VERSIANI, M. T. R. O. “A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição”. In: VERSIANI, F. R. e BARROS, J. R. M. *Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

VERSIANI, F. R. Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. In SILVA, S. S.; SZMRECSÁNYI, T. (Org) *História Econômica da Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial SP; Hucitec, 2002.

VILLANUEVA, J. "El origen de la industrialización argentina", en *Desarrollo Económico*, Vol. XII, N° 47, outubro - dezembro/1972.